

Bolsonaro acaba com política de aumento real do salário mínimo

O governo do presidente Jair Bolsonaro propôs nesta segunda-feira (15) que o salário mínimo seja corrigido apenas pela inflação em 2020. Na prática, a medida, que depende de aval do Congresso, encerra a política que permitia ganhos reais aos trabalhadores, implementada nas gestões do PT e em vigor até este ano.

A proposta que traça as diretrizes para o Orçamento do ano que vem, enviada nesta segunda ao Legislativo, prevê que o piso de salários no Brasil será de R\$ 1.040 a partir de janeiro de 2020, o que representa uma correção de 4,2% referente à estimativa para a variação da inflação. Hoje, o valor está em R\$ 998.

No texto do projeto da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2020, o governo ainda ampliou a previsão de rombo fiscal para o ano que vem, dos atuais R\$ 110 bilhões de déficit para um resultado negativo de R\$ 124,1 bilhões.

A política de valorização do salário mínimo foi implementada no governo Lula (PT) e transformada em lei por sua sucessora Dilma Rousseff (PT). A regra, entretanto, teve validade encerrada em janeiro deste ano.

No cálculo vigente até o reajuste de 2019, o salário mínimo foi corrigido levando em conta a inflação no ano anterior somada ao PIB de dois anos antes, o que permitiu alta real em períodos de crescimento econômico.

Se o valor de 2020 mantivesse o mesmo cálculo, seria acrescido 1,1% ao reajuste, referente ao crescimento do PIB de 2018.

A decisão de acabar com os ganhos acima da inflação está em linha com uma das bandeiras do ministro da Economia, Paulo Guedes, que defende uma ampla desvinculação do Orçamento.

Com a medida, que precisará ser aprovada pelo Congresso, o governo ainda ganhará uma folga nas contas públicas.

O aumento do salário mínimo reajusta automaticamente benefícios Previdenciários. Pelas contas da equipe econômica, para cada R\$ 1,00 de aumento no valor do mínimo, o governo amplia cerca de R\$ 300 milhões nas despesas anuais.

O secretário especial de Fazenda da Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, afirmou que o valor do mínimo previsto no projeto não significa uma mudança na política de reajuste salarial do governo. "Em termos de definição de política salarial, o governo tem até 31 de dezembro deste ano [para enviar uma proposta ao Congresso]", disse.